

GABINETE DE IMPRENSA

Dia Nacional da Água

Neste Dia Nacional da Água de 2014, o **PCP reafirma o princípio** de que **a água é um direito e, como tal, não pode ser privada**. Só é possível assegurar a todos o acesso à fruição da água, com a responsabilização do Estado por garantir as funções sociais, ecológicas e económicas da água, com o reforço do papel das autarquias locais na sua gestão, condições para uma gestão democrática e participada dos recursos hídricos.

PS, PSD e CDS têm conduzido a sua intervenção com o **objectivo** inverso – o da **mercantilização da água e resíduos, tentando transformar a água em mercadoria**, tentando retirar às populações e ao Poder Local qualquer possibilidade de intervenção democrática na sua gestão. A aprovação dos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), permite impor em todo o País tarifários para o nível já praticado por algumas empresas privadas, obriga as Autarquias que não privatizaram a impor aos municípios a factura dos negócios alheios, ultrapassando a autonomia local, estreitando a margem de manobra dos municípios, pressionando-os a fundir e a verticalizar os sistemas e a alienar a distribuição «em Baixa».

Privatizar a água significa - **água mais cara, menos acessibilidade** à água, **menos controlo democrático**. A factura da água contribui para o agravamento das desigualdades económicas e agravamento da pobreza, visto que representa uma parcela tanto maior do rendimento quanto este é mais baixo.

No plano da **luta de massas** e da **luta institucional**, o PCP tem estado ao lado das populações e dos trabalhadores, defendendo que **deve estar vedado o acesso de empresas privadas às actividades económicas de abastecimento público de água**, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos.

Está agendada para o próximo dia **9 de Outubro** a **votação**, em Plenário da Assembleia da República, do **Projecto de Lei para protecção dos direitos individuais e comuns à água**, proposto por iniciativa legislativa de cidadãos. **Mais de 40.000 cidadãos proponentes** que, através desta iniciativa, expressam a vontade e defendem os direitos e interesses da larguíssima maioria dos portugueses.

O **Projecto de Lei** estabelece o **direito fundamental à água e ao saneamento** e disposições de protecção desse direito, bem como do direito à água e à sua **propriedade pública** como recurso, e à sua **gestão no interesse colectivo**, hierarquizando as utilizações da água e **impedindo a privatização e a mercantilização dos serviços de águas, das infraestruturas públicas e do domínio público hídrico**.

Esta **iniciativa** legislativa de cidadãos constitui uma afirmação dos direitos e dos interesses de toda a população, no cumprimento dos preceitos da Constituição da República Portuguesa e para garantir em Portugal a universalidade do **direito humano à água e ao**

A Agenda do PCP está disponível na Internet em www.pcp.pt

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600 – 196 Lisboa

Telef. 217813800 - 217813880 * email: imprensa@pcp.pt * Web: www.pcp.pt

saneamento reconhecido pelas Nações Unidas, que Portugal subscreveu mas não verteu na legislação nacional nem pratica universalmente no território.

O PCP apela a todos os portugueses para continuarem a **luta em defesa da água pública** e a seguir atentamente, apoiar e exigir a aprovação do *Projecto de Lei para protecção dos direitos individuais e comuns à água*, confrontando o sentido de votação que venha a ser tomado por cada deputado e Grupo Parlamentar.

01.10.2014

Gabinete de Imprensa do PCP